

Questão de gênero: considerações sobre a inclusão de gênero em registros de autoridade

Questioning gender: an examination of the inclusion of gender in authority records

Luiza Wainer

Bibliotecária de metadados, Universidade de Princeton. Mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade de Washington. Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1111310055503183>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4690-9108>

E-mail: lwainer@princeton.edu

Resumo

Com a implementação do Functional Requirements for Authority Data (FRAD) através do Resource Description and Access (RDA), o registro de autoridade passa a fazer uso de uma série de atributos para descrever entidades. No caso de registros de autoridades para nomes pessoais, um dos atributos é gênero. O motivo de sua inclusão no FRAD é incerto, e seu uso no RDA aparece sob a guisa de desambiguação. O uso sistemático deste atributo reforça o discurso regulatório dominante que postula que gênero é uma característica natural, inata e binária de uma pessoa. Através de uma perspectiva queer e pós-estruturalista, demonstra-se que a atribuição de gênero nos registros de autoridade é um problema pois tenta fixar o infixável, algo que é inerentemente complexo, mutável e fluido.

Palavras-chave: Gênero. Registro de autoridade. RDA.

Abstract

The implementation of the Functional Requirements for Authority Data (FRAD) in Resource Description and Access (RDA) brought in the use of attributes to describe entities in authority records, including the use of gender when describing personal names. It is unclear why FRAD decided to include gender as an attribute, and its use in RDA appears under the guise of disambiguation. The systematic use of this attribute reinforces the regulatory discourse that states that gender is an intrinsic, natural, and binary characteristic of a person. From a queer and post-structuralist perspective, the use of gender in authority records is shown to be a problem since it tries to fix an essentially unfixable characteristic.

Keywords: Gender. Authority record. RDA.

1 Introdução

Na catalogação, o controle de autoridades garante a uniformidade e a consistência de uso de pontos de acesso, permitindo a uma pessoa buscar e recuperar todos recursos informacionais associados a uma determinada entidade (GORMAN, 2004). O trabalho de

autoridade¹ corretamente associa uma obra a entidade responsável quando mais de uma entidade possuem o mesmo nome (desambiguação) e reúne todas as obras de uma mesma entidade se ela utiliza nomes diferentes. De forma a garantir a consistência das entradas no catálogo bibliográfico, o trabalho de autoridade prevê a criação de registros de autoridade para documentar a forma autorizada do nome de uma entidade para seu uso sistemático (TAYLOR, 1984).

Em 2009, o Grupo de Trabalho *Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR) da *International Federation of Library Associations* (IFLA) determinou que registros de autoridades devem apoiar as atividades de usuários de busca, identificação, contextualização e justificação (IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS, 2009). O subsequente desenvolvimento dos *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e sua aplicação através do *Resource Description and Access* (RDA) expandiu o escopo dos registros de autoridade, incluindo novos atributos para uma descrição mais “robusta” e “dinâmica” (RDA..., 2019). Houve uma transição de descrever *nomes* para descrever *entidades*.

A princípio, uma descrição detalhada de uma entidade é um benefício, algo que ajuda na sua identificação e contextualização. Todavia, existem alguns potenciais problemas na inclusão de um atributo específico para pessoas: *gênero*.

2 Objetivo

Essa pesquisa tem como objetivo problematizar o uso do elemento de descrição gênero no RDA. Como objetivos específicos, pretendo delinear conceitualmente o significado de gênero; e traçar, na medida do possível, a genealogia deste atributo dentro do RDA através de uma análise das obras que serviram de fundamento para sua estruturação como tentativa de entender o porquê da escolha de sua inclusão no RDA.

3 Metodologia

De caráter descritivo e exploratório, esta pesquisa se propôs a proporcionar uma perspectiva *queer* sobre temáticas de identidade de gênero dentro controle de autoridades. A

¹ Para mais informações referente à distinção entre controle de autoridade e trabalho de autoridade, ver: ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. V. A. C. A importância do controle de autoridade: uma abordagem baseada nos objetivos e nas funções dos catálogos. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1., 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10760/18843>. Acesso em: 20 jan. 2019

pesquisa bibliográfica foi fundamental para o embasamento teórico no qual o trabalho é apoiado.

Busquei fazer uso de uma linguagem neutra. A preferência foi de palavras que não designam gênero, como pessoa. Nas instâncias em que isso não foi possível, utilizei um “x” no lugar do masculino genérico, por exemplo, “usuárixs”.

Quanto à linguagem técnica, adotei a terminologia do *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) (IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS, 1998). Para fins de esclarecimentos, define-se aqui que, segundo o FRBR, *entidade* é 1. o produto do trabalho intelectual ou artístico; 2. as pessoas, famílias, entidades coletivas, etc. responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, sua produção ou sua disseminação; e 3. os assuntos tratados pelo trabalho intelectual ou artístico. Cada entidade está associada a um conjunto de características, chamados de *atributos* ou *elementos*.

4 (Des)construindo gênero

Ao propor gênero como um elemento de descrição para pessoas, o RDA evidencia um entendimento de que gênero é uma característica inerente de cada pessoa, facilmente identificável e representável. Até 2016, o RDA limitava os valores utilizados para caracterizar gênero em “Feminino”, “Masculino” ou “Desconhecido”. Embora a versão em inglês não defina mais um vocabulário controlado, este controle terminológico ainda está presente na versão em espanhol (GENDER, 2010), utilizada em bibliotecas brasileiras (VOTTO, 2018).

O entendimento do RDA reproduz uma lógica dominante de que gênero é um aspecto inato do ser humano, imutável, a-histórico e binário (LOURO, 2004). Embora gênero seja vivenciado dessa forma por muitas pessoas, pesquisadores dentro do pós-estruturalismo e do pensamento *queer* argumentam que gênero é uma categoria complexa, social-, política- e historicamente construída (LOBNER, 1994).

De acordo com Butler (apud SALIH, 2002), gênero se manifesta através da repetição de atos performativos regidos por um discurso regulatório dominante. Este discurso parte do determinismo biológico que postula uma conexão linear e implícita entre *sexo* e *gênero*, e garante uma cultura em que as identidades são construídas e reproduzidas iterativamente de acordo com este modelo essencialista e dicotômico.

Digo dicotômico não só pela dualidade masculino/feminino ou homem/mulher, mas também pela divisão que coloca que sexo é uma característica natural (sexo = natureza) e gênero é uma característica cultural (gênero = cultura). A própria ideia de sexo ser algo

natural e pré-discursivo à cultura é, de fato, uma construção cultural, uma maneira de assegurar a manutenção deste discurso regulatório que dita a binariedade do gênero (SALIH, 2002). Não existe nenhuma relação necessária entre um corpo e um gênero.

Dessa forma, gênero não é algo que *temos* ou *somos*, mas algo que constantemente negociamos dentro de um contexto cultural e que realizamos em ação performática continuada. Gênero não é um substantivo, mas um *verbo*, um constante fazer. Para parafrasear Simone de Beauvoir, não se nasce mulher, *performa-se* mulher.

Gênero, portanto, é uma característica multifacetada (e não binária), socialmente produzida (e não a-histórica), e continuamente negociada (e não inata). Fixar o gênero de alguém, como pede o RDA, demanda que as pessoas realizando a catalogação neguem essa complexidade. Praticamente, isso significa a repressão e o silenciamento de identidades de gênero não-normativas.

5 RDA e gênero

O RDA foi construído com base nos modelos conceituais FRBR, para dados bibliográficos, e FRAD, para dados de autoridade. Uma análise das fontes citadas pelo FRAD (IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS, 2009) para a elaboração da lista de atributos para pessoas mostra que três das cinco referências – FRBR (IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS, 1998), *Guidelines for Authority Records and References* (GARR) (IFLA WORKING GROUP ON GARE REVISION, 2001) e *Mandatory Data Elements for Internationally Shared Resources Records* (MLAR) (TILLET et al, [1998]) – não fazem menção alguma de gênero. A norma arquivística *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families* (ISAR(CPF)) (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2004) possui o elemento *História*, um campo de texto livre para descrição narrativa dos principais eventos da vida, atividades, realizações etc. da entidade descrita, que pode incluir (mas não necessariamente inclui) informações sobre gênero. Gênero só aparece no Manual UNIMARC para Autoridades (UNIMARC..., 2001), que possui um elemento de descrição codificado com opções para “Masculino”, “Feminino”, “Pessoa trans”², “Desconhecido” e “Não Aplicável”.

O UNIMARC para Autoridades é um formato de codificação criado por, para e com base no GARR. Visto que o GARR não faz uso deste elemento de descrição, não consegui

² “Transgender”, no original em inglês. Optei por traduzir como “Pessoa trans” como uma tentativa de desgenitalizar a terminologia referente às identidades não-normativas.

identificar através da literatura existente os motivos que levaram à inclusão deste atributo no UNIMARC.

Com a elaboração do novo modelo conceitual para bibliotecas Library Reference Model (LRM) (RIVA; LA BOUEF; ZUMMER) em 2017, gênero deixa de ser um dos atributos para a descrição de pessoas, embora ele persiste no 3R (*RDA Toolkit Restructure and Redesign*), a versão atualizada e reestruturada do RDA lançado em versão Beta em 2018 (RDA...).

Gênero, em suma, é um elemento de descrição que surge sem motivos claros através da codificação do UNIMARC, é modelado no FRAD e refletido no RDA.

Não foram identificados os motivos elencados pelo FRANAR para incorporar gênero no FRAD visto que só uma das fontes citadas o utiliza como elemento de descrição. Tampouco foram identificados os motivos de sua persistência no 3R depois da adequação do RDA ao LRM.

Dunrise (2018), escrevendo de uma posição pessoal e não como chefe do comitê responsável pela manutenção do RDA, o *RDA Steering Committee* (RSC), diz que o propósito da descrição de gênero é o mesmo que de qualquer outro atributo para pessoas: desambiguação. Este argumento, ao meu ver, não se susta.

Para distinguir dois *nomes*, duas entradas principais, o RDA faz uso da forma completa do nome, da profissão, ou das datas, títulos, ou outras designações associadas à pessoa (LIBRARY OF CONGRESS. COOPERATIVE AND INSTRUCTIONAL PROGRAMS DIVISION, 2012). Gênero não é um atributo que pode ser utilizado para a desambiguação de *nomes* (GENDER, 2010). Extrapola-se a partir disso que o RDA prioriza os atributos supracitados para a identificação de pessoas. Gênero, por si só, não é suficiente para se “alcançar um uso funcional” (DUNRISE, 2018, p. 14). Informações sobre gênero acabam sendo registradas no caso improvável de que exista mais de uma pessoa com o mesmo nome, mesma data de nascimento, mesmo título honorífico, mesma profissão, etc. (THOMPSON, 2016).

6 Considerações finais

Gênero é um atributo de descrição para pessoas em registros de autoridade sem uma origem aparente e sem uma função aparente. O RDA interpreta a inclusão deste atributo em registros de autoridades de uma forma análoga à paginação ou à edição em um registro bibliográfico: uma descrição objetiva da realidade cuja inclusão serve, em tese, para distinguir duas entidades de outra forma indistinguíveis. Na prática, o próprio RDA não endossa gênero como um elemento suficiente para realizar a desambiguação e a identificação entre duas entidades.

O uso do elemento gênero apenas reforça o discurso regulatório dominante de que gênero é uma característica inerente ao ser humano, pois tenta fixar algo que é essencialmente infixável. O registro sistemático de gênero corrobora a ótica deste discurso e silencia, marginaliza e reprime identidades não-normativas.

Thompson (2016) e Dunrise (2018) ainda argumentam que outras categorias social - e culturalmente construídas, como raça ou etnia, não são utilizadas no RDA em registros de autoridade por uma série de motivos, tal qual dificuldade de se estabelecer e de manter estas informações, ou a particularidade cultural em que elas são criadas. Ambos argumentam que há uma necessidade em tratar gênero da mesma forma.

Pessoas que realizam a catalogação possuem formas específicas de poder já que determinam o acesso e o controle da informação. Estas pessoas moldam as ideias que transformam o conhecimento, uma vez que o organizam em uma estrutura particular (OLSON, 1999). Registrar gênero em registros de autoridade, portanto, reforça e garante a manutenção do discurso normativo que ativamente exclui qualquer identidade que não se encaixa em seu modelo.

Visto que gênero é um elemento opcional dentro do RDA, é necessário um olhar crítico na interpretação e aplicação do RDA na elaboração de registros de autoridade.

Referências

BILLEY, Amber; DRABINSKI, Emily; ROBERTO, K.R. What's gender got to do with it?: a critique of RDA rule 9.7. **Cataloging and Classification Quarterly**, Nova York, v. 52, n. 4, p. 412-421, 2014.

DUNRISE, Gordon. Ethical issues in catalogue content standards. **Catalogue and Index**, London, n. 191, p. 11-15, jun. 2018.

FRANK, Paul. **RDA name authorities: what's new and different from AACR2**. [Chicago?]: ALCTS, 2012. Apresentação de Power Point. Disponível em: <http://www.ala.org/alcts/confevents/upcoming/webinar/cat/101712>. Acesso em 1 mar. 2019.

GENDER. In: **RDA: Resource Description and Access**. [S. l.: s.n.], ca. 2010. Disponível em: <https://access.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GORMAN, Michael. Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. **Cataloging and Classification Quarterly**, Nova York: [s.n.] v. 38, n. 3-4, p. 11-22, 2004.

IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS. **Functional requirements for bibliographic records**: final report. München: K.G. Saur Verlag, 1998.

IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS (FRANAR). **Functional requirements for authority data**: a conceptual model. München: K.G. Saur Verlag, 2009.

IFLA WORKING GROUP ON GARE REVISION (ed.). **Guidelines for authority records and references**. 2. ed. München: K.G. Saur, 2001.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES = CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. **ISAAR (CPF)**: International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families. 2. ed. Paris: ICA, 2004.

LIBRARY OF CONGRESS. COOPERATIVE AND INSTRUCTIONAL PROGRAMS DIVISION. **LC Training for RDA**: Resource Description & Access. Module 5: Authorities I, Part 5: Identifying Persons. [United States], 2012. Apresentação de Power Point. Disponível em: <https://www.loc.gov/catworkshop/RDA%20training%20materials/LC%20RDA%20Training/LC%20RDA%20course%20table.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

LOBNER, Judith. **Paradoxes of gender**. New Haven: Yale University Press, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLSON, Hope. Exclusivity, teleology and hierarchy: our Aristotelean legacy. **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 65-73, 1999.

RDA toolkit beta site is here. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org/betarelease>. Acesso em: 20 jan. 2019.

RIVA, Pat; LE BOEUF, Patrick; ZUMER, Maja. **IFLA Library Reference Model**: a conceptual model for bibliographic information. Netherlands: IFLA, 2017. E-book. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. London: Routledge, 2002.

TAYLOR, Arlene G. Authority files in online catalogs. **Cataloging and Classification Quarterly**, Nova York, v. 4, n. 3, p. 1-17, 1984.

TILLET, Barbara Barnett *et al.* **Mandatory data elements for internationally shared resource authority records**. [S. l.]: IFLA, [1998]. Disponível em: <https://archive.ifla.org/ubcim/p1996-2/mlar.htm>. Acesso em 20 jan. 2019.

THOMPSON, Kelly J. More than a name: a content analysis of name **authority records for authors who self-identify as trans**. **Library Resources & Technical Services**, [s. l.], v. 60, n. 3, p. 140-155, july. 2016. Disponível em:
<https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/6036/7732>. Acesso: 20 jan. 2019.

UNIMARC manual: authorities format. 2. ed. Munchen: Saur, 2001.

VOTTO, Marcelo. Re: **Material RDA pela BNMM**. Destinatário: Grupo de Estudos em Catalogação. [S. l.], 28 ago. 2018. E-mail.